

TEXTO DA CF

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

VUNESP - 2024 - Jornalista Legislativo

c) a violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas assegurará, à pessoa prejudicada, o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação, mas não pelo dano material.

VUNESP - 2015 - Advogado

B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano exclusivamente moral decorrente de sua violação.

FCC - 2023 - Técnico Judiciário (TRT 21ª Região)

Fernando é contador e compareceu em um evento social privado familiar. Após alguns dias, verificou que estava sendo divulgada, nas redes sociais, uma imagem de seu rosto captada em referido evento, sem sua autorização e de forma vexatória, para fins comerciais. A imagem de Fernando

A) é inviolável, assegurado o direito a indenização apenas pelo dano moral decorrente de sua violação.

B) é inviolável, assegurado o direito a indenização apenas pelo dano material decorrente de sua violação.

C) é inviolável, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

D) não é inviolável nesse caso, não fazendo jus a qualquer indenização, pois ele estava em um evento e, por essa razão, a autorização para divulgação de imagens é sempre tácita.

E) não é inviolável, pois a autorização em evento é sempre tácita, cabendo, contudo, direito a indenização apenas por dano material decorrente de sua violação.

TEXTO DA CF

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

VUNESP - 2025 - Sargento da Polícia Militar

A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.

VUNESP - 2025 - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

O policial Severo foi chamado a atender um flagrante delito que o sujeito apelidado de Pernalonga estava cometendo dentro da casa deste. Chegando ao local do crime no final da tarde e evidenciada a prática de infração penal, Severo constatou que era hipótese de flagrante delito. Coincidentemente, o policial avistou em uma casa vizinha Carcará, criminoso foragido e que tinha mandado de prisão expedido por autoridade judicial. Diante da situação, face ao adiantado da hora, e, obviamente, não havendo consentimento dos moradores, pairou dúvidas acerca da possibilidade de adentrar nos domicílios de Pernalonga e Carcará para efetuar as prisões.

Face a situação hipotética, é correto afirmar, de acordo com o disposto na Constituição de 1988, que

- A) Severo pode ingressar no período noturno apenas na casa de Carcará, pois há ordem judicial a ser cumprida – mandado de prisão.
- B) Severo pode ingressar em ambas as casas para efetuar as prisões nos períodos diurno ou noturno.
- C) ainda que persistisse a situação de flagrante durante o período noturno, Severo somente poderia adentrar na casa de Pernalonga durante o dia para efetuar a prisão.
- D) a casa é asilo inviolável, não podendo Severo adentrar nas duas casas no período noturno, podendo entrar nas duas casas apenas no período diurno.
- E) Severo não pode ingressar na casa de Carcará no período noturno, mas pode ingressar na casa de Pernalonga uma vez caracterizada no momento do ingresso a situação de flagrante delito.

TEXTO DA CF

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

VUNESP - 2025 - Sargento da Polícia Militar

D) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por determinação da autoridade policial.

VUNESP - 2024 - Jornalista Legislativo

E) a quebra do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal, poderá ser determinada pela Autoridade Policial competente, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.

VUNESP - 2024 - Guarda Civil Municipal

A) É violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

VUNESP - 2019 - Guarda Civil Municipal

E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação civil, criminal, administrativa ou instrução processual penal.

TEXTO DA CF

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

VUNESP - 2024 - Agente Judicial

C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo o legislador infraconstitucional estabelecer limitações às qualificações profissionais.

VUNESP - 2020 - Contador

Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais, a Constituição Federal assegura expressamente aos brasileiros e estrangeiros residentes no País

B) o exercício livre e incondicionado de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

VUNESP - 2019 - Notário e Registrador

C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.

TEXTO DA CF

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

- Se o jornalista fosse obrigado a entregar quem delatou o esquema de corrupção, as pessoas teriam medo de denunciar, os esquemas ficariam escondidos e o cidadão comum perderia o seu direito de acesso à informação.

VUNESP - 2025 - Diretor Escolar

C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

VUNESP - 2022 - Técnico Legislativo

C) “é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.”

FCC - 2019 - Técnico Judiciário (TJ MA)

Uma conceituada jornalista publicou nota, em jornal de grande circulação, afirmando que uma famosa atriz deixou de estrear um programa de televisão por estar acima do peso, conforme um importante executivo da emissora de TV teria revelado à repórter, em sigilo. Inconformada, a atriz processou a jornalista, exigindo que ela esclarecesse onde havia obtido a informação. Considerando o pedido da atriz na ação judicial, e com base no que dispõe a Constituição Federal, a jornalista

A) deverá ser obrigada a atendê-lo, em razão de a Constituição Federal assegurar a todos o acesso à informação.

B) deverá ser obrigada a atendê-lo, em função de a Constituição Federal estabelecer que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

C) não será obrigada a atendê-lo, tendo em vista que a Constituição Federal estabelece que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

D) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal estabelece que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, devendo a ofendida pleitear o direito de resposta, proporcional ao agravo.

E) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

TEXTO DA CF

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

VUNESP - 2022 - Sargento da Polícia Militar

A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

VUNESP - 2020 - Agente

A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

VUNESP - 2019 - Notário e Registrador

C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.

TEXTO DA CF

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

VUNESP - 2010 - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)/"Capital"

D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida, previamente, a devida autorização do órgão competente.

VUNESP - 2012 - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)/"Capital e Interior"

D) Direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

VUNESP - 2025 - Assistente Operacional II (UNESP)

D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida a devida autorização.

VUNESP - 2024 - Agente Judicial (Pref SBC)

D) todos podem reunir-se de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja prévia autorização da autoridade competente pela gestão do local.

VUNESP - 2024 - Guarda Civil Municipal (Pref Peruíbe)

B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

TEXTO DA CF - ASSOCIAÇÕES

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

VUNESP - 2023 - Analista (Pref Pindamonhangaba) No tocante às associações, a Constituição Federal estabelece que

- A) é livre a sua criação e funcionamento, para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar que dependem de autorização expressa do Exército Brasileiro.
- B) a sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, mas, no primeiro caso, será exigido o trânsito em julgado.
- D) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- E) ninguém poderá ser compelido a associar-se, mas uma vez integrante da associação terá o dever de permanecer associado, sob pena de multa.

VUNESP - 2026 - Assistente Operacional II Imagine que Maria deseja constituir uma associação com caráter paramilitar e, para tanto, compeliu seus familiares Francisca, Ricardo, Marcos e José a se associarem, já tendo cada um deles assinado um documento onde prometem que irão se associar. Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) é plena a liberdade de associação, devendo ser imediatamente deferida a constituição da associação que Maria deseja.
- B) constatado o caráter ilícito da associação, sua criação depende de autorização estatal prévia.
- C) caracterizada a ilicitude do caráter da associação, ela será imediatamente dissolvida, independentemente de processo judicial.
- D) como Maria compeliu apenas seus familiares a se associarem, não há qualquer ilegalidade na sua conduta.
- E) apesar de ser plena a liberdade de associação para fins lícitos, é vedada a de caráter paramilitar, como a que Maria deseja constituir.